

O conceito de subcentro: uma discussão a partir da geografia brasileira¹

Resumo

Os subcentros são parte da estrutura urbana da cidade capitalista, desde o século XX, e têm sido analisados e conceituados por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Na Geografia, as investigações identificaram elementos universais, que embasaram teórica e metodologicamente grande número de outras pesquisas. A partir dos anos de 1970, as transformações da estrutura e da centralidade intraurbana têm implicado, todavia, novos papéis e funções aos subcentros que os diferenciam das primeiras conceituações, exigindo comparações e contrapontos à literatura consolidada. Como contribuição a esse debate, realizamos revisão bibliográfica, com o levantamento das primeiras análises empíricas, conceituações e estudos de caso mais recentes, no âmbito da Geografia brasileira. A partir disso, destacamos novas características e diferentes tipos de subcentros, o que demanda a reflexão acerca das permanências e das transformações dos subcentros na cidade contemporânea.

Palavras-chave: Subcentros, Centralidade, Estrutura urbana.

Abstract

THE CONCEPT OF SUBCENTER: A DISCUSSION FROM THE BRAZILIAN GEOGRAPHY

Subcenters are part of the urban structure of the capitalist city since the 20th century, and have been analyzed and conceptualized by researchers from different fields of knowledge. In Geography, the investigations have identified universal elements that have theoretically and methodologically grounded a great number of other research studies. Since the 1970s, the transformations in the structure and intra-urban centrality have implied, however, new roles and functions to the sub-centers that differentiate them from the first conceptualizations, requiring

comparisons and counterpoints to the consolidated literature. As a contribution to this debate, we conducted a literature review with a survey of the first empirical analyses, conceptualizations and more recent case studies within the scope of Brazilian Geography. From this, we highlight new characteristics and different types of sub-centers, which demands reflection about its permanence and transformation in the contemporary city.

Key-words: Subcenters, Centrality, Urban Structure.

1. Introdução

Até as primeiras décadas do século XX, a produção do espaço urbano foi marcada por estruturas monocêntricas, com um centro representativo do conjunto da cidade, de expressiva aglomeração de atividades, especialmente comerciais e de serviços, ímpar atração de fluxos de mercadorias, ordens e informações e atendimento a distintos segmentos socioeconômicos. No decorrer do mesmo século, cidades de diferentes contextos espaciais passaram a exibir complexificação de suas estruturas espaciais, tendo princípio com a intensificação da expansão do centro da cidade, seguida pela formação de subcentros, que contribuíram para processos de desconcentração.

Isso pode ser explicado, como assinala Corrêa (1989), tendo como base Colby (1967), por dois conjuntos de fatores atrelados às características recentes do centro da cidade e outro ligado a atributos presentes fora dessa área central. No primeiro, o autor destaca a valorização do preço da terra no centro da cidade; congestionamentos e maiores custos aos deslocamentos; pouca disponibilidade de terrenos para expansão das atividades; e crescentes restrições legais. No segundo conjunto, Corrêa (1989) menciona grande número de terrenos, a preços mais baixos; aporte de infraestruturas; e diferentes possibilidades de transporte. Em concordância a esse elenco de fatores, Sposito (2001) acrescenta que as cidades passaram a exibir, nas últimas décadas, novos papéis no âmbito da rede urbana, crescimento econômico, investimentos públicos e privados em meios de consumo coletivo e diferenciação socioespacial, envolvendo usos residencial, comercial e de serviços.

Essa combinação complexa de fatores explica a formação de novas áreas centrais, largamente analisadas e conceituadas. No Brasil, diferentes estudos indicam a precedência dos subcentros, desdobramentos da área central e eixos de desdobramento da área central, seguidos por grandes superfícies comerciais e de serviços, a exemplo de *shopping centers* e hipermercados, que exibem, de acordo com pesquisas realizadas por Montessoro (2001), Padilha (2006), Silva (2017), Sposito (2013) e Whitacker (2017), maiores impactos na estrutura urbana e na dinâmica do centro da cidade.

Todavia, diferentes trabalhos científicos que analisamos demonstram que os subcentros apresentam transformações em seus processos de formação e nos atuais papéis desempenhados, em comparação aos atributos exibidos no decorrer do século XX. Isso exige tensionamento entre estudos acerca dos subcentros, de diferentes contextos espaciais e temporais, para apreendermos e discutirmos a intensidade das transformações e das permanências.

Neste artigo, realizamos revisão bibliográfica sobre subcentro, buscando identificar tanto conceituações quanto estudos de caso sobre dinâmicas dessa área central. Para o levantamento bibliográfico das principais conceituações de subcentro, selecionamos contribuições de pesquisadores que tratam do tema de centro e centralidade intraurbana, especialmente daquelas com apontamentos acerca dos subcentros. Depois disso, utilizamos o catálogo Capes Teses e Dissertações, colocando os termos 'subcentro', 'áreas centrais' e 'centralidade intraurbana' na busca e filtrando trabalhos realizados na área do conhecimento da Geografia. Através desses procedimentos, identificamos e analisamos as teses e dissertações que mais detidamente realizam estudos de caso e debatem a conceituação de subcentro.

A partir disso, realizamos leitura e análise de número considerável de trabalhos científicos, baseados em diferentes perspectivas teórico-metodológicas e contextos espaciais e temporais. Sem a pretensão de esgotarmos a discussão, estabelecemos recortes, restringindo nossa análise aos trabalhos desenvolvidos sobre subcentros nas cidades brasileiras, no âmbito da Geografia.

2. O conceito de subcentro

Para compararmos conceituações de subcentro, expomos diferentes contribuições de pesquisadores que analisaram, em diversos contextos temporais e espaciais, essa área central, no âmbito da Geografia. Nessa discussão, destacamos não somente o entendimento de subcentro, mas também os papéis, processos e características que exibiram, e ainda exibem, nas cidades brasileiras.

Entre as primeiras publicações estão as análises dos anos de 1960 e 1970, que privilegiaram, como recorte territorial, a cidade do Rio de Janeiro, que já exibia, nesse período, complexidade da estrutura urbana, com emergência de grandes subcentros, em diversos bairros da cidade. Tais estudos foram influenciados por teorias e metodologias da Geografia Quantitativa e contribuíram, amplamente, para conceituações e análises empíricas acerca dos subcentros.

Nesse período, Geiger (1960) realiza amplo estudo da estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro, com comentários sobre a formação e destaque à incipiente emergência de ‘centros secundários’, notadamente Copacabana, que, embora não revertessem a centralidade do centro, ‘seria quase rival’.

Copacabana com as áreas urbanas que a envolvem e para as quais serve de centro forma quase uma outra cidade dentro do Rio de Janeiro. Para esta distinção influi, ainda, a sua característica cosmopolita, não observada em outras partes. Em Copacabana, os consumidores obtêm tudo, praticamente, sem necessidade de ir ao centro da cidade, inclusive os serviços das profissões liberais. Muitos médicos transferiram para lá os seus consultórios do centro da cidade. É este o fato de Copacabana dispor de tudo (com exceção das repartições públicas), graças ao conteúdo social do bairro e dos que lhe são próximos, uma clientela exigente, numerosa e concentrada, que a distingue das outras grandes áreas comerciais da zona periférica ao centro da cidade (GEIGER, 1960, p. 23).

Essa centralidade do subcentro de Copacabana é explicativa, como assinala Geiger (1960), do grande número de linhas do transporte coletivo, inclusive daquelas que prescindem da passagem pelo centro da cidade. Isso permite, como aponta o autor, que cidadãos de menores rendimentos residam no bairro ou que consumam bens e serviços no subcentro.

Ao tratar da estrutura da cidade do Rio de Janeiro na década de 1960, Soares (1965) assinala que as dinâmicas de formação dos subcentros se

mostram, cada vez mais, características dos contextos metropolitanos, onde passou a se apresentar grande aumento populacional, com crescimento horizontal e dinâmicas de verticalização. Isso implica, segundo a autora, em maiores distâncias a serem despendidas para se frequentar o centro da cidade, elevada concentração populacional em algumas parcelas da cidade e consumo crescente em estabelecimentos situados nos bairros residenciais e adjacências.

As unidades de comércio e serviços estão concentradas, como descreve a autora, em parcelas representativas de entroncamento de distintas densidades populacionais e convergência de eixos de circulação importantes, por onde transitam fluxo expressivo de pessoas. Essa característica favorece o atendimento de clientela residente tanto em partes do subúrbio quanto de novos bairros (SOARES, 1965).

Soares (1965) assinala a formação de subcentros em parcelas próximas ao centro da cidade e na Zona Sul. Quanto aos primeiros, a autora faz alusão a Méier e Madureira, ambos populosos e de concentração significativa de comércio e serviços, incapazes, todavia, de atender amplamente seus frequentadores, porque estes mostram preferência, de modo recorrente, pelo centro. Isso restringe, como aponta a autora, a extensão dos fluxos atraídos por esses dois subcentros. No que se refere à Zona Sul, Soares (1965) exemplifica as áreas centrais situadas nos bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, surgidas devido aos problemas de acesso ao centro da cidade e ao adensamento populacional observado nesses bairros.

A partir de algumas comparações entre os subcentros identificados, Soares (1965) elabora classificação, destacando o subcentro situado no bairro de Copacabana, entendido como metropolitano, por atender consumidores de toda a cidade, mesmo que em frequências distintas. De acordo com a autora, a magnitude dos papéis desempenhados por esse subcentro implica em diferenças cada vez mais tênues em comparação à desconcentração a partir de desdobramento da área central. Numa posição inferior, estão os subcentros regionais, sendo ilustrativos os de Méier, Madureira, Nova Iguaçu e Campo Grande. Por último, a autora aponta os subcentros menores, como Ipanema, Leblon e Largo do Machado.

Para o estudo da centralidade intraurbana da cidade do Rio de Janeiro, Duarte (1974) procura embasar teoricamente sua discussão, ao se utilizar

da Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller, entendendo que os apontamentos dessa teoria, focados na escala macrorregional, podem contribuir para a análise do espaço intraurbano. Assim, a cidade corresponde, segundo a autora, a uma organização de lugares centrais, estruturados hierárquica e funcionalmente.

Nesse contexto, de acordo com a autora, os subcentros consistem em centros funcionais, de papéis secundários, em comparação ao centro da cidade, denominado como Área Central.

O centro funcional organiza-se a fim de oferecer a um espaço a ele ligado, por meios de circulação mais eficientes, os serviços indispensáveis à vida cotidiana, fornecendo a este espaço não só os elementos essenciais à subsistência de sua população, mas também outros bens de consumo de caráter mais especializado, assim como serviços médicos, educação, recreação e outros. Ele organiza, desse modo, sua área de influência. Assim é que o grau de um desenvolvimento de um núcleo central traduz-se, na realidade, pelo campo de forças que exerce sobre as áreas circunvizinhas que gravitam em torno dele (DUARTE, 1974, p. 55-6).

Em outros termos, ainda que os subcentros correspondam a novas concentrações de atividades, não se restringem a essa característica, porque atendem não apenas demandas frequentes dos moradores, mas também comércio e prestação de serviços pouco frequentes, mais diversos e especializados, tidas como atividades centrais. Entre essas, destacamos os serviços culturais e financeiros, além daqueles prestados em consultórios médicos, escritórios de advocacia e contabilidade (DUARTE, 1974).

Concordando com Soares (1965), ao apontar o aumento populacional e o crescimento territorial como fatores que contribuem para a emergência de subcentros, Duarte (1974) acrescenta que a extensão de infraestruturas, especialmente as de transporte, e as amplas transformações econômicas e sociais também estão associadas a novas concentrações espaciais de comércio e serviços que podem configurar em subcentros.

Procurando identificar os subcentros da cidade do Rio de Janeiro, Duarte (1974) realiza mapeamento de atividades terciárias selecionadas e analisa os dados produzidos através da aplicação de questionários junto à população do Rio de Janeiro, acerca dos locais frequentados para o consumo de bens e serviços.

Duarte (1974) elenca exemplos de subcentros no Rio de Janeiro, como os de Copacabana, Méier, Bonsucesso, Leblon, Duque de Caxias e

Nilópolis, mas assinala que se trata de coexistência de grandes e pequenos subcentros. Para identificar e classificar tais áreas centrais, Duarte (1974) seleciona como atividades centrais o comércio especializado (a exemplo de óticas, livrarias e instrumentos musicais), destacando as funções desempenhadas em filiais; serviços financeiros, envolvendo bancos e financeiras; serviços superiores, de que são ilustrativos clínicas médicas, laboratórios e escritórios de advocacia e contabilidade; serviços de transporte, realizados em terminais de transporte rodoviário urbano; e serviços culturais, desenvolvidos, por exemplo, em agências de jornais e cursos especializados.

Associado à análise dos tipos de atividades terciárias, Duarte (1974) realiza procedimento de hierarquização das concentrações de comércio e serviços, a partir de inferências quanto à frequência do consumo de que os diferentes tipos de atividades seriam característicos. A autora classifica as atividades em comércio de consumo cotidiano (a exemplo de açougues e armazéns), comércio de consumo frequente (como lojas de roupas, drogarias e perfumarias), comércio de consumo pouco frequente (de que são ilustrativos óticas, lojas de eletrodomésticos e joalherias) e comércio de consumo raro (lojas de máquinas e suprimentos agrícolas, de materiais cirúrgicos e de instrumentos musicais, por exemplo).

Para a classificação dos subcentros, Duarte (1974) utiliza dados de atividades do tipo 'comércio pouco frequente', entendendo que o 'comércio frequente' se encontra disseminado nos diferentes centros funcionais, não servindo de elemento de hierarquização. Ao analisar a presença de atividades do 'comércio pouco frequente', Duarte (1974) classifica os subcentros do Rio de Janeiro em três categorias: 'centros funcionais de primeira categoria', 'centros funcionais de segunda categoria' e 'centros funcionais de terceira categoria'.

As contribuições de Duarte (1974) se mostram fundamentais, porque incorporam maior embasamento teórico à análise, com adoção de procedimentos metodológicos coerentes, que permitem tanto a apreensão da diversidade e da complexidade das funções desempenhadas, quanto inferências acerca do alcance espacial de cada subcentro. O estudo proporciona instrumento teórico-metodológico importante para a análise dessas áreas centrais em diferentes contextos espaciais e temporais, o que explica, como destacamos na seção seguinte, a utilização bastante

disseminada da classificação elaborada pela autora para o estudo de cidades não-metropolitanas.

A partir dos anos de 1980, as influências da Geografia Quantitativa se somaram à crescente importância da perspectiva teórico-metodológica da Geografia Crítica sobre o debate acerca de centro e centralidade, o que envolveu redefinições da conceituação de subcentro. Isso foi concomitante à inclusão de novos recortes territoriais, com análises de metrópoles e cidades médias, que permitiram, como destacamos ao longo do texto, a apreensão da diversidade de características dos subcentros nas cidades brasileiras.

Corrêa (1989) aponta, a partir das contribuições de Berry (1971), que a principal característica dos subcentros consiste na diversidade expressiva de bens e serviços, em número menor de estabelecimentos, se comparado ao centro da cidade. Tendo esse atributo como elemento comum, Corrêa (1989) assinala que tais áreas centrais se mostram hierarquizadas, podendo exibir abrangência de tipo regional, bairros e bairro, a depender do atendimento por linhas do transporte intraurbano e do adensamento e nível de renda da população da área de influência.

O subcentro regional consiste, de acordo com o autor, em réplica do centro da cidade, com muitas filiais de empresas sediadas nesse espaço, e é amplamente atendido por linhas do transporte intraurbano, sendo casos ilustrativos as áreas centrais dos bairros de Méier, Madureira e Copacabana, no Rio de Janeiro. Os outros dois tipos, de bairros e de bairro, correspondem a miniaturas do subcentro regional, tanto no que diz respeito ao porte da concentração de atividades terciárias, com número inferior de filiais, quanto à abrangência dos fluxos (CORRÊA, 1989).

Outra contribuição importante no debate sobre subcentro corresponde ao trabalho de Villaça (1998), arquiteto que destacamos pela influência nos estudos de centro e centralidade na Geografia brasileira, como observado na seção seguinte. Tendo como recorte territorial não somente a metrópole carioca, mas também outras metrópoles brasileiras, Villaça (1998) assinala que os subcentros dizem respeito a numerosa e diversa concentração de atividades comerciais e de serviços fora do centro da cidade, em bairros notadamente residenciais. Tais características o distinguem, como aponta o autor, do centro da cidade, que exibe esses atributos em ainda maior número e complexidade, e dos eixos especializados, que apresentam

predomínio de número reduzido de tipos de atividades. Além disso, os subcentros atendem apenas a uma parcela da cidade, em comparação às outras duas áreas centrais, que atraem fluxos de toda a cidade e cidades vizinhas, em discordância com as análises de Duarte (1974), Corrêa (1989) e Soares (1965), que apontam casos de subcentros que atendem o conjunto da cidade.

Ao tratar do início do processo de formação dos subcentros nas metrópoles brasileiras, Villaça (1998) destaca quem isso ocorreu na primeira metade do século XX, como é o caso do subcentro situado no bairro do Brás, em São Paulo, surgido nos anos de 1910, seguido pelo subcentro na Tijuca, no Rio de Janeiro, na década de 1930, e Madureira, Méier e Copacabana, em 1940.

Ao tratar dos subcentros na cidade contemporânea, Pacheco (2012) expõe sobre a redefinição da centralidade intraurbana, que implica em transformações dos subcentros, combinadas a condições e elementos pretéritos.

[...] Os subcentros podem ter se refuncionalizado, mas as estruturas fixas produzidas em outro contexto (o da sociedade industrial) se mantêm, marcando as ações do presente. Essas são devedoras das combinações (objetos e ações/decisões) que hierarquizaram áreas centrais no passado; porém acabam superpondo-se a elas, pois o grau de liberdade de construção de um conteúdo pertinente às novas condições do fenômeno urbano faz-se valer. Assim é que a refuncionalização própria dos espaços terciários, com o seu cotidiano de trocas e interrelações pessoais que caracterizam o consumo e sua avidez de mudanças, confere o ritmo do processo urbano (PACHECO, 2012, p. 229).

Com foco na metrópole do Rio de Janeiro e no subcentro do bairro de Botafogo, a autora descreve a formação dessa área central, consolidada na década de 1980, a partir da concentração de atividades de serviços, a exemplo de serviços médicos e educacionais, situados em terrenos anteriormente desocupados e casarões que adquiriram novos usos, especialmente na Rua Voluntários da Pátria e na Praia de Botafogo. Isso foi seguido pela construção de edifícios de escritórios, *shopping centers* e espaços culturais, em dinâmicas favorecidas pela Avenida Beira Mar e a instalação do metrô (PACHECO, 2012).

De acordo com Pacheco (2012, p. 223), os papéis dos subcentros nas cidades policêntricas exigem mudanças na análise, tradicionalmente pautada na noção de hierarquia, e na conceituação de subcentro, atrelada

à posição inferior dessa área na hierarquia urbana. A autora sintetiza que essa área central demanda a busca de novos significados, destacando a dificuldade dessa tarefa, em razão da diversidade das transformações, explicada pelos diferentes contextos espaciais e temporais, mas que, em seu conjunto, são indicativas do descompasso entre a conceituação de subcentro e a realidade urbana.

Ribeiro Filho (2004) aborda atributos dos subcentros nas cidades brasileiras e enfatiza que estão atrelados ao tamanho da cidade e à sua posição no contexto regional. O autor aponta que subcentros consistem em áreas de concentração de expressiva multiplicidade de atividades terciárias, em distinção ao comércio de bairro, marcado pela presença da oferta de bens e serviços à população local.

Sposito (1991) demonstra concordância com as conceituações de Corrêa (1989) e Villaça (1998), mas confere, de modo distinto aos apontamentos anteriores, maiores atenções à estrutura urbana de cidades médias e às tendências de segmentação funcional e econômica que subcentros podem exibir.

[...] *subcentros* podem ser caracterizados como áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor, e com menor incidência de atividades especializadas. Tais atividades voltadas para um público mais restrito funcional ou economicamente (como por exemplo, livrarias especializadas, galerias de arte, oficinas de confecção de calçados sob medida, etc.), estavam localizadas predominantemente no centro principal; a partir da década de 80, estas atividades têm procurado novas localizações, ou em função do aumento do preço da terra no centro e/ou porque o público ao qual se destinam já não circulam com tanta frequência nesta área (SPOSITO, 1991, p. 10, grifos da autora).

Com foco na cidade média de Presidente Prudente, Sposito (2001) assinala que a formação de subcentros ocorre a partir da abertura de estabelecimentos comerciais e de serviços para clientela atinente a moradores das imediações, ou seja, de parcelas da cidade, em manifestações de centralidade de menores dimensões, diferenciando-os do centro, que envolve fluxos do conjunto da cidade.

Nas cidades médias, segundo Sposito (1991), os subcentros são representativos de relações de subordinação ao centro da cidade, ao passo que áreas centrais surgidas em período posterior, a exemplo de eixos de desdobramento da área central e *shopping centers*, são demonstrativas de relações de concorrência.

Conferindo menor importância à identificação de posições hierárquicas, Whitacker (2007) aponta que os subcentros se mostram distintos do centro da cidade quanto à complexidade e à abrangência. No âmbito do processo de reestruturação das cidades médias, a estrutura urbana exibe ainda maior complexidade do sistema de diferentes áreas centrais, o que permite, de acordo com Whitacker (2012, p. 296), a apresentação de distinção (a partir das características morfológicas, da diferenciação funcional e da segmentação socioeconômica) e aquisição, por vezes, de papéis complementares a outros espaços de consumo, notadamente o centro da cidade.

Assim como Sposito (1991; 2001) e Whitacker (2007; 2012), Silva (2017, p. 221) trata da redefinição da centralidade em cidades médias e, quando aborda os subcentros, assinala, em desacordo à conceituação de Villaça (1998), que os subcentros não constituem miniaturas do centro da cidade, mas novas formas espaciais de comércio, formadas a partir de adensamento de residências em novas parcelas do tecido urbano e de barreiras de vários tipos, sendo representativas de expressiva diversidade funcional e tendências à segmentação socioespacial.

Se essas áreas ocupam posições inferiores na estrutura urbana, na maioria das cidades médias brasileiras, Silva (2017) as distingue de outro tipo de subcentros. O subcentro regional é marcado por elevada diversidade e complexidade funcional e centralidade que manifesta atração de fluxos originados em diferentes partes da cidade. Embora isso ofereça condições de estabelecimento de relações de concorrência com o centro da cidade, de modo dessemelhante aos tradicionais papéis dos subcentros, os subcentros regionais são menos recorrentes.

A comparação com os apontamentos anteriores nos indica que, em cidades médias, a ocorrência de subcentros que estabeleçam concorrência com o centro da cidade se mostra menos recorrente que o observado nas metrópoles analisadas, embora relações de complementaridade tenham sido destacadas. Isso foi confirmado, como expomos na seção seguinte, pelas análises presentes em teses e dissertações que abordam dinâmicas dos subcentros em cidades médias.

Esse conjunto de trabalhos é demonstrativo da diversidade de dinâmicas que engendram a formação dos subcentros e de entendimentos

acerca dessa área central. Quanto às dinâmicas, a comparação entre as contribuições nos permite apreender mudanças, observadas não somente no tempo, a exemplo do incremento dos papéis dos subcentros e das novas posições ocupadas na hierarquia urbana, mas também nos diferentes papéis para os quais essas áreas se mostram representativas conforme as cidades de que são parte, com maior número de funções em metrópoles, e menor, em contextos não-metropolitanos.

A revisão bibliográfica de teses e dissertações sobre subcentros que apresentamos a seguir nos auxilia a contrapor, aos esforços de abstração que discutimos na presente seção, a comparação de maior número de estudos de caso.

3. Estudos de caso

Nessa seção, tratamos de análises realizadas por pesquisadores da Geografia que, em suas teses e dissertações, abordam os processos de formação de subcentros e os papéis desempenhados por essa área central na estrutura urbana de diferentes cidades brasileiras. A partir disso, procuramos identificar os principais conceitos e procedimentos metodológicos utilizados, bem como apreender dinâmicas e atributos particulares, o que nos permitirá compará-los à literatura consolidada, percorridos na seção anterior.

3.1 Conceitos utilizados

No conjunto das teses e dissertações que analisamos, os principais estudos que as embasaram foram os realizados por Duarte (1974), Villaça (1998) e Sposito (1991). O estudo de Duarte (1974) contribui para a utilização bastante difundida de procedimentos de classificação das atividades em 'frequentes' e 'pouco frequentes', na identificação dos subcentros. Essa escolha se mostra profícua porque permite apreender a complexidade das atividades dos subcentros, para além de áreas de significativa concentração de atividades comerciais e de serviços, discriminando-os de áreas com menor importância na estrutura urbana, como os comércios de vizinhança. Entre os autores que se valem das contribuições de Duarte

(1974), estão Xavier (2006), França (2007), Souza (2009), Motter (2016) e Shiwa (2018).

As contribuições de Villaça (1998) e Sposito (1991) favorecem as concepções de subcentros como áreas com diversidade de atividades, mas numa concentração espacial menor e posição secundária na estrutura urbana, em comparação com o centro da cidade. Esse entendimento auxilia a distinção dos subcentros não somente em relação a outras áreas centrais da estrutura urbana, no âmbito da dimensão espacial, mas também suas transformações, envolvendo a dimensão temporal.

São ilustrativos a tese de Reis (2007), que aborda a formação do subcentro e a transformação dessa área em desdobramento do *Central Business District* (CBD) na Praia do Canto, em Vitória, e a dissertação de Xavier (2006), que trata da formação do subcentro do bairro Taquaral, situado em Campinas, destacando as mudanças de concentração de comércio e serviços em número considerável e diversificação incipiente, para a constituição do subcentro, na década de 1960.

Somado a esse embasamento, muitos dos trabalhos se utilizam das contribuições de autores da denominada Escola de Chicago, especialmente de Berry (1968), Murphy e Vance Jr. (1954), Proudfoot (1958), Harris e Ullman (1945) e Burgess (1974). Tais estudos auxiliam, sobretudo, na classificação das atividades comerciais e de serviços tidas como centrais e na compreensão dos processos de desconcentração das atividades terciárias e das formas espaciais resultantes.

3.2 *Procedimentos metodológicos empregados*

Os trabalhos analisados apresentam diversos pontos em comum quanto aos procedimentos metodológicos utilizados. Dentre esses, destacamos identificação dos usos do solo, classificação das atividades econômicas, aplicação de enquetes e questionários a consumidores e realização de entrevistas com comerciantes e prestadores de serviços.

O conjunto de trabalhos se utiliza amplamente da coleta de dados de uso do solo para apreensão da diversidade e da classificação dos subcentros, fundamentais para comparação entre essas áreas centrais e outros espaços, como centro da cidade, comércios de vizinhança e eixos de desdobramento

da área central. Esse procedimento também permite inferências, especialmente a partir de Duarte (1974), sobre o alcance espacial de cada subcentro.

Para a análise mais aprofundada dos fluxos de consumidores, muitos pesquisadores fazem uso de enquetes e questionários a frequentadores e comerciantes e prestadores de serviços, a exemplo do trabalho de Rocha (2016), que analisa os subcentros de Camobi e Tancredo Neves, na cidade de Santa Maria. Ao tratar do subcentro do bairro Camobi, Rocha (2016) identifica que a maioria das unidades cujos proprietários responderam aos questionários foi aberta nos últimos anos e a instalação ocorreu devido, principalmente, à menor concorrência com outras empresas e ao intenso fluxo de consumidores. No que se refere aos consumidores questionados nesse bairro, a maioria é moradora do bairro e, a menor parte, de distritos do município e de cidades vizinhas. Por outro lado, a análise do subcentro Tancredo Neves demonstra, por meio dos mesmos procedimentos, que a área atende, notadamente, frequentadores que moram no bairro ou adjacências, sendo menos utilizado no caso daqueles que trabalham no centro e contam com melhor capacidade de mobilidade.

Das pesquisas que tiveram as entrevistas como procedimento metodológico, destacamos a dissertação de França (2007), ao estudar a cidade de Montes Claros. Ao realizar entrevistas com onze proprietários de comércio e serviços, com estabelecimentos situados no centro da cidade e no subcentro Major Prates, a autora identifica que a localização de unidades no centro se mostra vantajosa devido aos bons equipamentos urbanos, às condições de segurança adequadas e à concentração expressiva de atividades comerciais e de serviços, mas apresenta problemas ligados ao tráfego, concentrações excessivas de atividades e outras deficiências não especificadas. Por outro lado, o subcentro Major Prates é tido, entre outros atributos, como espaço de grande contingente populacional, tráfego fluido e acesso fácil para moradores de cidades próximas.

Parte dos autores das teses e dissertações analisadas faz uso de outros procedimentos metodológicos, na maioria dos casos, com papéis de complemento aos mencionados acima. São exemplos os trabalhos de Garcia (2012), que se vale da análise do plano diretor de Anápolis; Paula (2014), ao utilizar a coleta de dados junto a órgãos públicos; e o de Lima (2011), que realiza trabalhos de campo e registros fotográficos.

3.3 *Processos e funções*

A partir das teses e dissertações levantadas, selecionamos apontamentos sobre as dinâmicas dos subcentros nas cidades brasileiras, especialmente os fatores que contribuíram para a formação e os papéis desempenhados na estrutura urbana dessas cidades.

Quanto aos fatores que contribuíram para a formação de subcentros, os trabalhos analisados destacam a formação de grandes bairros, em parcelas distantes do centro da cidade, em conclusões similares às enfatizadas por Soares (1965), Duarte (1974) e Silva (2017). Essas primeiras dinâmicas ocorreram entre os anos de 1950 e 1970, de modo atrelado ao êxodo rural e às taxas de urbanização elevadas no país, que promoveram adensamento populacional e crescimento territorial das cidades, impactando, primeiramente, as maiores cidades brasileiras, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo, como discorrido na seção anterior, além de Campinas e Vitória.

Isso se somou, em alguns casos, às dinâmicas de valorização imobiliária de bairros periféricos, a exemplo do ocorrido no bairro Taquaral, em Campinas, analisado por Xavier (2006). Segundo o autor, tais dinâmicas foram decorrentes da maior presença dos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, seguida pela complexificação e pelo crescimento mais expressivo da oferta de bens e serviços. Essa sucessão de eventos culminou, com efeito, na formação do subcentro do bairro Taquaral.

Outro caso ilustrativo consiste no subcentro da Praia do Canto, em Vitória, analisado por Reis (2007). O bairro recebeu diversas intervenções urbanísticas, das quais o autor destaca o Projeto Novo Arrabalde, o aterro de Sá e a Ponte Castelo de Mendonça, que proporcionou acessibilidade a essa área da cidade, no intuito, por parte do poder público, de estimular a instalação de comércio e serviços. Isso contribuiu, segundo o autor, para atração de segmentos de alto e médio poder aquisitivo, a partir dos anos de 1970, e formação de subcentro, na década de 1980. Nas décadas seguintes, ocorreu a consolidação do subcentro, associada à grande importância das dinâmicas de verticalização, concentração de atividades tidas como centrais e elevação do valor do uso do solo, com papéis semelhantes ao centro da cidade, permitindo a elaboração da tese de constituição de um desdobramento do CBD (REIS, 2007). Podemos, a partir disso, concordar

com Pacheco (2012), quando aponta a necessidade de reflexão acerca dos novos significados dos subcentros nas cidades contemporâneas.

Se as taxas elevadas de urbanização promoveram adensamento populacional e crescimento territorial de metrópoles brasileiras, especialmente nos anos de 1950 e 1960, os anos finais desse período e as décadas seguintes foram representativas, notadamente, dos impactos das políticas habitacionais, empreendidas pelo governo federal, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Banco Nacional de Habitação (BNH), e de crescimento do número e do porte demográfico de cidades não-metropolitanas.

Com atuação ampla, envolvendo diferentes tamanhos de cidades e regiões do país, o BNH e o SFH foram responsáveis pela implantação de grandes loteamentos populares e conjuntos habitacionais, localizados, majoritariamente, na periferia pobre, por vezes em descontinuidade territorial ao tecido urbano consolidado. O número significativo de moradores e as dificuldades de acessibilidade e mobilidade para frequentar o centro da cidade favoreceram a instalação de unidades comerciais e de serviços para atender a população, dando início às concentrações de atividades terciárias e a formação de subcentros (FERREIRA, 2013).

Como exemplo, destacamos a análise de Lima (2011), que aborda a formação do subcentro do bairro Itararé, em Teresina, constituído a partir da instalação de grandes conjuntos habitacionais. O bairro e as adjacências são espaços de moradia de parcela da população de baixo poder aquisitivo, estão situados em descontinuidade territorial ao tecido urbano e apresentam aporte precário de infraestrutura. Isso contribuiu, como aponta o autor, para a formação do subcentro no bairro Itararé, com aglomeração de atividades terciárias, principalmente nos eixos que convergem os fluxos que conectam o bairro à ampla parcela da cidade, com expressivo trânsito de transporte coletivo, veículos individuais e pedestres. Essa característica se associa à análise de Pereira (2006), que, ao estudar subcentros na cidade de Presidente Prudente, enfatiza a crescente necessidade de deslocamento por transporte motorizado, em função das maiores distâncias a serem percorridas nas cidades contemporâneas, e às diferentes condições de mobilidade por parte dos cidadãos, demonstrando que, nos casos de subcentros situados em bairros da periferia pobre, o processo de formação dessas áreas centrais se atrela ao processo de segregação socioespacial.

De modo distinto aos subcentros voltados aos segmentos de médio a alto poder aquisitivo, em subcentros frequentados por estratos de baixo poder aquisitivo, sobretudo em cidades não-metropolitanas, as dinâmicas de verticalização apresentam pouca importância, com predomínio de atividades desempenhadas em lojas de apenas um pavimento, na frente ou fundos da residência do proprietário, sendo ilustrativos os subcentros situados nos bairros Luizote de Freitas e São Jorge, em Uberlândia, analisados por Souza (2009); Benfica, em Juiz de Fora, por Paula (2014); e Major Prates, por França (2007).

Apesar do número e complexidade dos bens e serviços oferecidos, os subcentros voltados a populações de baixa renda exibem, de modo geral, papéis secundários, não somente em comparação ao centro da cidade, mas também a outros subcentros. Entre os exemplos, salientamos os subcentros dos bairros Efapi e São Cristovão/Vila América, em Chapecó, analisados por Motter (2016); Fernando Ferrari e Filomeno João Pires, em Dourados, por Shiwa (2018); Raiar do Sol, em Boa Vista, por Maia (2021), que tratam de subcentros demonstrativos de aglomeração crescente e diversa de bens e serviços, com instalação de filiais, franquias e órgãos públicos e fluxos partidos, principalmente, do bairro e arredores, em número significativamente menor, em comparação ao centro e às demais áreas centrais, sem representarem, portanto, concorrência.

A persistência de papéis secundários também é destacada por Motter (2016), Shiwa (2018), Maia (2021), Paula (2014), Souza (2009), França (2007) e Rocha (2016), no que se refere aos subcentros situados em cidades não-metropolitanas. Em suas teses e dissertações, os autores demonstram que os subcentros não desempenham, de modo geral, concorrência ao centro da cidade. Apesar dessa generalização, os trabalhos também indicam distinções entre os subcentros, atreladas, principalmente, aos segmentos sociais que, predominantemente, atendem; à diversidade e à quantidade de atividades comerciais e de serviços; à presença de unidades de grupos empresariais de atuação nacional e internacional; e à atração de fluxos originados em diferentes parcelas da cidade.

Isso confirma os apontamentos de Sposito (1991; 2001) e Silva (2017), quando assinalam o predomínio de papéis secundários dos subcentros em cidades médias, e evidencia a complexificação desses papéis, assim como

Whitacker (2012), e a necessidade de elaboração de tipologias de subcentros, capazes de abarcar os elementos em comum e as dessemelhanças, de modo análogo à distinção realizada sobre os subcentros em metrópoles brasileiras, a exemplo do que foi realizado por Duarte (1974).

Em comparação aos estudos que embasam conceituações de subcentro elaboradas por parte de geógrafos brasileiros, as teses e dissertações analisadas são indicativas de transformações nos processos que contribuem para a formação de subcentros e nos papéis desempenhados por essas áreas centrais em diversos tipos de cidades no país. Em contextos metropolitanos, muitas dessas áreas centrais desempenham papéis de relevo, com o estabelecimento de relações de concorrência a importantes áreas centrais, como o centro da cidade, ao passo que, em cidades não-metropolitanas, os papéis secundários se mostram mais recorrentes. Em ambos os contextos espaciais, a formação de subcentros no Brasil se encontra fortemente atrelada a processos de segregação socioespacial, seja com a implantação de bairros voltados a segmentos de baixa renda, seja através da constituição de espaços residenciais para estratos de médio a alto poder aquisitivo. Isso exige maiores reflexões acerca dos principais atributos e qualidades de um subcentro nas cidades brasileiras na atualidade, procurando identificar as permanências e as transformações.

4. Considerações finais

O levantamento e a análise de trabalhos científicos sobre subcentros, elaborados por geógrafos brasileiros, nos permitem destacar a necessidade de questionamento de atributos tidos como universais a essas áreas centrais, considerando a multiplicidade de novas características que muitos subcentros apresentam nas cidades do país, tanto em contextos metropolitanos como não-metropolitanos.

Com papéis de relevo em algumas cidades e secundários, em outras, os subcentros apresentam, atualmente, características e atributos que ora se assemelham a áreas de desdobramento da área central, ora a comércios de vizinhança. Isso exige a consideração não somente das transformações dos atributos dos subcentros no decorrer das últimas décadas, mas também das características que os diferenciam, atualmente, de outras áreas centrais, no âmbito da estrutura urbana.

Quanto às distinções entre os subcentros, a elaboração de tipologias tem o potencial de destacar as áreas de maiores e menores papéis, atrelando-as às funções, à diversidade de atividades econômicas, aos níveis de renda dos consumidores e aos processos socioespaciais que as originaram, sem desconsiderar os elementos em comum que as caracterizam.

A revisão bibliográfica que realizamos é, portanto, indicativa da importância de análises de grande número de subcentros em cidades brasileiras, para melhor compararmos e ponderarmos as transformações e permanências. A partir disso, os esforços analíticos poderão, com base nas contribuições teórico-metodológicas da Geografia Quantitativa e da Geografia Crítica, empreender abstração dos novos significados dos subcentros nas cidades do país, o que é fundamental para a articulação com os estudos voltados a outras formações socioespaciais.

Notas

- ¹ O artigo é resultante da pesquisa "Reestruturação urbana no Estado do Rio de Janeiro. Dinâmicas Econômicas e contradições socioespaciais", financiada pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), através do Edital Pós-Doutorado Nota 10, processos E-26/205.992/2022 e E-26/205.993/2022.

Referências

- BERRY, B. J. L. General Features of Urban Commercial Structure. In: BOURNE, L. (Ed.). **International Structure Of The City - Readings on Space and Environment**. Toronto: Oxford University Press, 1968. p. 361-367.
- _____. **Géographie des marchés et du commerce de détail**. Paris: A. Colin, 1971.
- BURGUESS, E. W. El Crecimiento de la ciudad: introducción a un proyecto de investigación. In: THEODORSOM, G. A. (Coord.). **Estudios de Ecología Humana**. Barcelona: Labor, 1974. p. 69-81.
- COLBY, C. C. Centrifugal and centripetal forces in a urban geography. In: MAYER, H.; KOHN, C. F. (org.). **Readings in urban geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DUARTE, H. S. B. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 36, n. 1, p. 53-98, 1974.

FERREIRA, H.M. **A gestão da política habitacional e a produção do espaço urbano**: uma análise das práticas espaciais e a formação de novas áreas centrais na cidade de Marília-SP. 2013. 170 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 256f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

GARCIA, V. T. **Dinâmicas Urbanas Recentes**: o setor terciário, descentralização e formação de novos pontos de comércio em Anápolis (GO). 2012. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GEIGER, P. P. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 22, n. 1, p. 3-45, 1960.

HARRIS, C.; ULLMAN, E. The Nature of Cities. **Annals of The Academy of the Political And Social Science**, p. 7-17, 1945.

LIMA, P. H. G. **A ocorrência da Policentralidade em Teresina - PI**: a formação de um subcentro na região Sudeste. 2011. 204f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

MAIA, R. K. S. **Economia de aglomeração**: um estudo sobre os setores comerciais e subcentros em Boa Vista (RR). 2021. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Roraima, 2021.

MONTESSORO, C. C. L. Presidente Prudente: a instalação de *shopping centers* e a reestruturação da cidade. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001. p. 215-234.

MOTTER, C. **A cidade de Chapecó e suas centralidades**: uma análise a partir dos subcentros e eixo comercial. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

MURPHY, R.; VANCE, E. Jr.; City Retail Structure. In: KOHN, C.; MAYER, R. (Ed.). **Readings in Urban Geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958, p. 395-398.

PACHECO, S. M. Reflexões sobre a atualidade do conceito de subcentro em áreas consolidadas na metrópole carioca. In: PACHECO, S. M.; MACHADO, M. M. (Org.). **Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 222-248.

PADILHA, V. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAULA, A. R. P. **Descentralização intraurbana em Juiz de Fora**: Surgimento e consolidação do subcentro de Benfica. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

PEREIRA, S. R. **Percursos urbanos**: mobilidade espacial, acessibilidade e direito à cidade. Presidente Prudente, 2006. 323f. Tese (Doutoramento em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 2006.

PROUDFOOT, M. J. City retail structure. In: KOHN, C; MAYER, R. (Ed.). **Readings in Urban Geography**. Chicago: The Chicago University Press, 1958. p. 395-398.

REIS, L. C. T. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista**: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória-ES. 2007. 286f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO FILHO, V. A área central e sua dinâmica: uma discussão. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 155-167, 2004.

ROCHA, A. M. **A descentralização do setor terciário na cidade de Santa Maria/RS**: análise das aglomerações comerciais e de serviços nos bairros Tancredo Neves e Camobi. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SALGUEIRO, T. B. Do centro às centralidades múltiplas. In: FERNANDES, J. A. V. R.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Portugal: CEGOT, 2012. p. 13-29.

SERPA, V. S. **O Sub-Centro Comercial do Méier**: contribuição do estudo da estrutura varejista intra-urbana derivada do processo de descentralização da metrópole do Rio de Janeiro. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

SHIWA, R. M. **O uso do solo nas ruas Fernando Ferrari e Filomeno João Pires em Dourados-MS**: Apontamentos para a análise de um subcentro. 2018. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

SILVA, W. R. Centralidade, shopping centers e reestruturação das cidades médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. São Paulo: UNESP - Cultura Acadêmica, 2017. p. 199-226.

SOARES, M. T. de. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 27, n. 3, p. 329-387, 1965.

SOUZA, M. V. M. **Cidades médias e novas centralidades**: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG). 2009. 236f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de centralidade urbana. **Revista de Geografia**, n. 10, 1991.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M. E. B. **Textos e Contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 2001.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M (Org.). **A cidade contemporânea**. Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-94.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

WHITACKER, A. M. Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M (Org.). **Centro e centralidade em cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 148-179.

_____. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Scripta Nova**, v. XI, n. 245, p. 24, 2007.

_____. Centro da cidade e novas áreas centrais. Uma discussão a partir de São José do Rio Preto, Brasil. In: FERNANDES, J. A. V. R.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, 2012. p. 283-299.

XAVIER, M. C. **A Formação do Bairro Taquaral em Campinas (SP) e sua Consolidação como Subcentro**. 2006. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Recebido em 03/05/2023

Aceito em 09/06/2023